



Tekoá e a Macrometrópole Paulista: reflexões sobre a produção social do espaço

Igor Matheus Santana-Chaves, Graziana Donata Punzi de Siqueira, Maria Lucia Bellenzani, Bruna de Souza Fernandes, Danielle Andrade Angelo, Gabriel Machado Araujo, Lucas dos Santos Rocha, Pedro Henrique Campello Torres, Luciana Travassos, Silvana Zioni e Sandra Momm

Introdução

O *Tekoá* (ou *Tekoha*), presente no título deste capítulo, é um conceito fundamental para entender a territorialidade dos povos Guarani, uma das etnias anteriormente estabelecidas nas terras em que hoje imagina-se uma região prioritariamente urbana, junto com outros povos como os Kaingang, Krenak e Terena. *Tekoá*, segundo Ladeira (1992), significa em tupi-guarani: “lugar onde é possível realizar o modo de ser Guarani”¹, no caso, as comunidades Guarani-Mbyá, reconhecidas por sua cultura e forma de vida, incompatíveis com fronteiras formais ou arranjos jurídicos territoriais. Em paralelo a essa mesma *Tekoá*, o território denominado Macrometrópole Paulista (MMP) se revela sendo uma arena estratégica

1. Segundo a Comissão Pró-Índio de São Paulo, a partir de Brighenti (2005), a definição de *tekoha* no Guarani, pode ser interpretado como a síntese da concepção e da relação que esse povo mantém com o meio ambiente. Na materialidade (plano físico), o termo é a aldeia, “é o lugar onde a comunidade Guarani encontra os meios necessários para sua sobrevivência”. Por assim dizer, é a conjugação dos vários espaços que se entrecruzam: o espaço da mata preservada onde praticam a caça ritual; espaço da coleta de ervas medicinais e material para confeccionar artesanatos e construir suas casas; é o local onde praticam a agricultura; é também um espaço sociopolítico, onde constroem suas casas de moradias, a casa cerimonial/*Opy*, o pátio das festas, das reuniões e do lazer. Não é possível conceber o *tekoha* sem a composição dos espaços, ou apenas um dos espaços; nesse caso, não poderão viver a plenitude e assim se quebra a relação que mantém com o meio, produzindo o desequilíbrio” (CPISP, 2021).

para a formulação e implementação de planejamento, governança e de políticas públicas regionais transescalares (EMPLASA, 2011).

A alusão no título deste capítulo pretende, por um lado, relembrar os povos originários do território objeto de análise que, embora não estudados neste texto, são símbolo de um processo de produção do espaço excludente e desigual, ao qual não apenas as primeiras etnias, mas as atuais populações mais pobres e vulneráveis estão submetidas. Assim, a referência à *Tekoa* se faz para a compreensão do objeto territorial macrometropolitano e suas diversidades, bem como para vislumbrar a possibilidade de realização e de existência de um novo modo de ser metropolitano.

É justamente sobre essa dualidade e contradição da produção social do espaço que nos debruçamos no capítulo. Sua reflexão contribui para decifrar a produção social das fronteiras e redes no território, politicamente produzidas pelos agentes estatais. Bem como, permite interpretar os condicionantes dos atores sociais que reproduzem esse espaço, a despeito das diversidades e contradições que o compõem.

A partir da aprendizagem do grupo de pesquisadores aqui reunidos e, de forma exploratória, baseando-se nos resultados obtidos e nas pesquisas em andamento dos autores integrantes do Grupo de Pesquisa G2 – “Territorialidades, espacialidades e inovação na governança ambiental” no âmbito do Projeto Temático MacroAmb (FAPESP 2015/03804-9), buscamos apresentar uma diversidade de lentes e abordagens para análise sob a qual trabalhamos, em constante diálogo com a dinâmica de construção do espaço socialmente produzido (seus atores, suas formas e suas interações), que identifica este território como uma região heterogênea e multifacetada. A partir disso, buscamos identificar o que poderia ser entendido como os temas fundantes e emergentes da MMP, em consonância com as pesquisas em andamento.

Nesse sentido, é importante destacar os trabalhos concluídos e em andamento que subsidiam este material. Como as pesquisas que analisam a estruturação da MMP, a partir da expansão metropolitana e suas redes, suas escalas geográficas, suas delimitações político-institucionais e suas fronteiras “frouxas” (ZIONI et al., 2019)²; os que investigam as es-

2. Como exemplo, a pesquisa de doutoramento: *A governança metropolitana de transportes e as particularidades da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte*, de Graziana Donata Punzi de Siqueira; e a iniciação científica: *Fluxos na Macrometró-*

truturas de planejamento e governança (MOMM, et al., 2021; SANTANA-CHAVES, et al., 2021)³. Assim como sua face “não-urbana”, seus “buracos”, a produção social de suas bordas e ruralidades metropolitanas (TRAVASSOS et al., 2020)⁴. Tratam-se de pesquisas em diálogo constante com teorias e abordagens, como os estudos de metropolização e regionalização (BRENNER, 2018; BRENNER & SCHMID, 2015; LENCIONI, 2017; FIRKOWSKI, 2015, entre outros), dos *Soft Spaces* e do planejamento em um contexto de pós-política (ALLMENDINGER et al., 2015), da região com buracos (TRAVASSOS et al., 2020) e ruralidades metropolitanas (BELLENZANI et al., 2021; TRAVASSOS & PORTES, 2018; TRAVASSOS et al., 2021).

É, portanto, a partir desses pontos de partida que contribuímos com o debate sobre a *Tekoá*, ou melhor, as diversas *Tekoá* possíveis em um território de heterogeneidades, pluralidades e, sobretudo, desigualdades como o da MMP.

Dessa forma, o capítulo está dividido em três partes centrais. A primeira apresenta a estrutura conceitual dos *Hard/Soft spaces* e busca aproximar suas acepções para a Macrometrópole Paulista. A segunda parte explora o que entendemos como eixo fundante, com foco nos fluxos, transporte e logística da região. A terceira e última, o eixo emergente, aqui caracterizado pelas ruralidades macrometropolitanas, o que entendemos por “buracos”

pole Paulista, de Danielle Andrade Angelo. Bem como na Pesquisa de Pós-Doutorado (Processo FAPESP 2018/06685-9) *Novos meios de cooperação científica para a inovação na Governança Socioambiental da Macrometrópole Paulista*, de Pedro Henrique Campello Torres e supervisão de Pedro Roberto Jacobi, no Grupo de Acompanhamento e Estudos em Governança Ambiental – (GovAmb/IEE-USP).

3. Como exemplo, a pesquisa de doutoramento: *Teorias contemporâneas e a circulação de ideias no planejamento – a emergência da abordagem do Soft spaces: um estudo de caso na Região Metropolitana de Sorocaba inserida na Macrometrópole Paulista*, de Igor Matheus Santana Chaves; e a iniciação científica: *Fuzzy boundaries e Soft spaces na Macrometrópole Paulista*, de Lucas dos Santos Rocha. Ambas situadas no Grupo de Pesquisa CNPq “Campo do planejamento territorial”.
4. Como exemplo a pesquisa de doutoramento: *Ruralidades Metropolitanas, território e paisagem: o caso da Macrometrópole Paulista*, de Maria Lucia Bellenzani; a iniciação científica: *Territórios: projeto transparência e coleta de dados, Desigualdade, diversidade territorial e participação social na gestão de recursos hídricos: um diálogo entre políticas e saberes no território* de Gabriel Machado Araújo; e do trabalho de conclusão de curso do bacharelado em Planejamento Territorial: *Para além da dicotomia urbano-rural: Tipologias para análise do rural metropolitano na Macrometrópole Paulista*, de Bruna de Souza Fernandes. Ambas situadas no Grupo de Pesquisa CNPq “Territórios e Natureza: Planejamento e Gestão”.

e fragmentos da MMP. Esperamos que as contribuições aqui levantadas, reflitam o esforço interdisciplinar de uma agenda de pesquisa em construção, preocupada com as diversas dinâmicas territoriais e do planejamento.

Para além dos limites estatutários: Explorando as noções de *Hard* e *Soft spaces* na MMP

Por meio da observação das práticas nas quais as abordagens sobre os territórios se multiplicam e que a governança se adapta a diferentes escalas, níveis e novos atores, o conceito de *Soft spaces* (ALLMENDINGER & HAUGHTON, 2007) surge como uma possibilidade para descrever e analisar a formação da Macrometrópole Paulista (MOMM et al., 2021). Essa abordagem tem sua gênese no Reino Unido, em meados de 2000, para descrever o surgimento de novas escalas de planejamento e governança entre as fronteiras político-administrativas resultantes dos processos de reestruturação e reescalonamento que se evidenciava no governo *New Labour* (1995-2010) (HAUGHTON & ALLMENDINGER, 2007).

Enquanto já existiam práticas de planejamento além das fronteiras administrativas, Haughton e Allmendinger (2007; 2009) introduziram uma nova abordagem para descrevê-las e definir os conceitos como *Soft spaces* e *Hard spaces*, especialmente no contexto emergente de governança e planejamento.

A divisão identifica os elementos que compõem cada um desses conceitos. Isto não significa dizer que eles são opostos ou dicotômicos, ou que um é mais relevante do que o outro – são complementares. Os espaços *Hard* (ou estatutários) formam as arenas e processos formais e visíveis, Estados e seus entes delimitados, soberanos e governados. São impulsionados por uma miríade de preocupações políticas – tais como a hierarquia e a coordenação da política e planos de desenvolvimento e sua coordenação com outras estratégias. Os espaços *Soft* (ou funcionais) são arenas fluidas entre esses processos estatutários onde há implementação por barganha, flexibilidade e arranjos institucionais híbridos (HAUGHTON & ALLMENDINGER, 2007. Ou seja, que são distintos dos procedimentos administrativos tradicionais, são orientados para objetivos e resultados, e são guiados por estruturas de governança não estatutárias ou funcionais (setoriais) que favorecem modos flexíveis de cooperação.

Enquanto o dualismo de espaços *soft/hard* foi adotado para descrever os níveis administrativos em qualquer escala, que vão do nacional e regional a metropolitano e local e a quase qualquer contexto, os acordos cooperativos e o enraizamento nos processos políticos locais são responsáveis por estabelecer uma relação diferente destes espaços com os antecedentes administrativos e institucionais (ALLMENDINGER et al., 2015). Os limites desses espaços são disformes – ou *fuzzy*, pois são dispositivos dinâmicos que mudam conforme a presença de estratégias territoriais que, por diversas vezes, resultam de uma complexa interação entre políticas de cima para baixo e práticas de baixo para cima (HELEY, 2013). Feitos sob medida, esses arranjos de governança e planejamento visam gerar novos imaginários espaciais que vão além de entidades político-territoriais formais.

Para Boulineau, 2017, o termo é claramente de inspiração liberal. Assim, o uso estratégico de limites além dos administrativos está ligado a um incentivo político para romper os grilhões dos padrões de trabalho existentes, que podem ser vistos como lentos, burocráticos ou não, refletindo as verdadeiras geografias de problemas e oportunidades (ALLMENDINGER & HAUGHTON, 2009, p. 619); em outras palavras, estes termos também fazem parte de um pensamento liberal que submete o político ao econômico, a fim de conseguir maximizar a competitividade (BOULINEAU, 2017).

Nesse sentido, o diálogo do conceito de *Soft spaces* se dá com a noção da *Tekoá*, esse lugar onde é possível realizar o *modo de ser* – e como esse modo de ser pode estar relacionado com uma produção social de fronteiras e institucionalidades para além de definições formais ou estatutárias. A questão que se coloca, por um lado, é quem propõe/impõe essas fronteiras e com quais objetivos. Por outro, como processos formais acabam por invisibilizar formas plurais e diversas presentes no território. Tanto do ponto de vista de seus arranjos institucionais, quanto das populações presentes na região.

Uma primeira ponte com o conceito de *Soft spaces* diz respeito à formação institucional da Macrometrópole Paulista. A MMP não possui fundação formal em sua criação (decreto, lei ou portaria), nem, portanto, ela deixa de existir (ZIONI, et. al., 2019; TORRES, 2021). Assim, esse espaço produzido – e percebido – como arena de projetos de infraestrutura e logística, condomínios privados, parques industriais entre outros, não é necessariamente o resultado de um ato jurídico do Estado. São planos e estratégias

que se articulam, se sobrepõem e avançam mesmo sem a necessidade de uma estrutura formal e institucional de planejamento de longo prazo.

Governada, em grande parte, pela lógica neoliberal, de estado mínimo, privatizações e diminuição de espaços participativos, o Estado de São Paulo passa, no início dos anos 2020, por uma crise institucional resultante de propostas de reforma administrativa apresentadas pelo governo que visam minimizar os gastos públicos e, para isso, priorizam os projetos com investimento privado. Sob este aspecto, o setor de infraestruturas e de transportes, por exemplo, é alvo dessas medidas no Estado e a MMP, a região mais atingida por esse processo (GOMES, 2018). Assim como o próprio planejamento, com a decisão da extinção da EMPLASA (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A), a partir da Lei N° 17.056, de 2019, sem qualquer indicação sobre quem passaria a ser responsável pelo planejamento metropolitano do Estado de São Paulo. Nem sobre para quem passaria a governança da MMP e a secretaria executiva do Plano de Ação da Macrometrópole (PAM).

A tendência, com esse processo, é uma ampliação de projetos de privatização, concessões e Parcerias Público-Privadas (PPP) em áreas prioritárias para a acumulação do capital, não necessariamente para a redução de desigualdades e desequilíbrios regionais. Verifica-se a redução da capacidade de planejamento, participação, regulação e fiscalização por parte do Estado, o que dificulta o alcance da pretendida eficiência e eficácia desses serviços. Esta mudança está relacionada com o impulso neoliberal em busca de uma agenda de alto crescimento para nações, regiões e localidades, em que novas políticas e formas institucionais podem ser rapidamente criadas, modificadas e descartadas (BRENNER, 2018). Essa visão de planejamento incorpora, de modo funcional, territórios como a MMP, em uma lógica global de intensificação da competição interespaçial para atração de investimentos, e encadeamento dessas regiões no que se entende por cidade-região global (TORRES et al., 2020; TRAVASSOS et al., 2020)

Isto posto, destacamos outra aderência com a teoria dos *Soft spaces*. Pois, com base na crítica de Olesen (2012), a abordagem *Soft* no planejamento e governança se estabelece como ferramenta útil para a promoção de uma prática preocupada com efetividade nas entregas dos planos e projetos (*delivery*) e crescimento econômico (OLESEN, 2012). Dessa forma, por um lado, a fluidez e flexibilidade (*fuzzy boundaries*) das fronteiras e limites desses arranjos possuem um potencial de provocar debates sobre

novas identidades territoriais, além de facilitar o desenvolvimento e as vantagens competitivas das regiões por meio da minimização de regulamentações e desenvolvimento de parcerias. Por outro, também são utilizados para confundir os mecanismos de responsabilidade e contornar o enfrentamento de questões especialmente relacionadas com a justiça social e os aspectos ambientais (OLESEN, 2012; HAUGHTON et al., 2013).

Nesse sentido, Haugton, Allmendinger e Oosterlynck (2013) argumentam que ao se analisar os espaços *Soft*, estes podem representar uma forma particular de governança neoliberal e deslocamento de desacordos políticos que atuam na normalização e institucionalização desse pensamento neoliberal em sua forma pós-política no planejamento. Essa condição refere-se à substituição do debate, do desacordo e do dissenso por uma série de arranjos de governança que se estabelecem em torno de métricas contábeis e gestão tecnocrática, com o objetivo de suprimir, contornar ou circunscrever questões de natureza política (SWYNGEDOUW, 2009; METZGER, 2018).

De acordo com Allmendinger & Haughton (2012), a condição pós-política no planejamento tem um propósito: legitimar estratégias e projetos hegemônicos da agenda de crescimento econômico. Diante disso, enxergamos outra ligação direta com a conjuntura que descrevemos em relação às políticas vivenciadas no Estado de São Paulo.

Fluxos, transporte e logística

A MMP, um dos recortes territoriais de maior expressão do Hemisfério Sul, se estrutura a partir de um conjunto de cinco regiões metropolitanas, dois aglomerados urbanos e uma microrregião⁵ – não institucionalizada – no Estado de São Paulo (Figura 2) e se caracteriza, de forma contraintuitiva, por uma imensa heterogeneidade. Do ponto de vista funcional, a MMP pode ser um espaço econômico expandido (ASQUINO, 2010), objeto de análise de benefícios e impactos de projetos e políticas públicas, em especial as de infraestrutura de circulação e de transportes, importantes fatores de transformação da dinâmica regional.

5. A regionalização do Estado de São Paulo, proposta em 2021, alterou a descrição de constituição da MMP como considerada ao longo desta pesquisa. Foram transformadas em Regiões Metropolitanas as anteriores Aglomerações Urbanas de Piracicaba e Jundiaí, conforme a Lei Complementar nº 1.360, de 24/08/2021, e a Lei Complementar nº 1.362, de 30/11/2021, respectivamente.

É possível estabelecer uma relação entre o que entendemos como os aspectos *Hard* – em diálogo com Haughton e Allmendinger (2007) da Macrometrópole Paulista. No domínio *Hard* está a Macrometrópole formal, seu planejamento e governança normativo e estatutário, de estruturas fixas e fluxos hierárquicos. No entanto, como descrito no item anterior, esse domínio está dotado de contornos peculiares como a decisão de sua não formalização, a gestão neoliberal e a promoção dos elementos de configuração de cidade-região global.

Na pluralidade de lentes possíveis, a abordagem funcional da MMP considera o processo de urbanização e formação da rede de cidades como resultantes dos processos sociais, econômicos e políticos, criando diferentes eixos e pólos de desenvolvimento. Esse processo induz a necessidade de circulação de pessoas, mercadorias e serviços (ZIONI et al., 2021), que pode ser abordado pelo papel dos fluxos de transporte e logística na estruturação desse território, como observado na Figura 1.

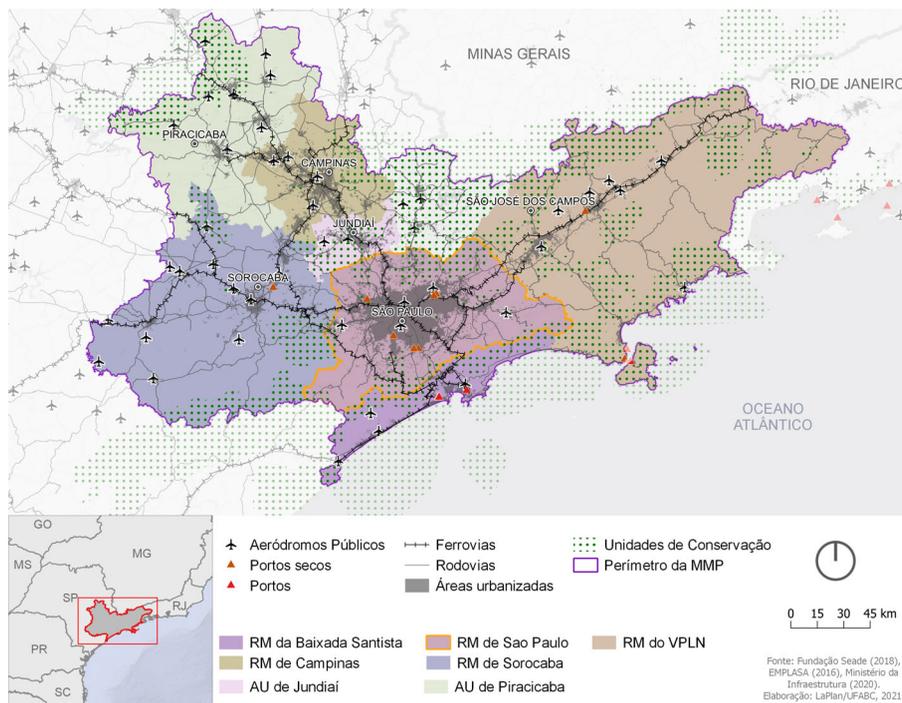


Figura 1 A Macrometrópole Paulista, infraestrutura, urbanização e unidades de conservação. *Fonte:* Fundação SEADE (2018); EEMPLASA (2014); Ministério da Infraestrutura (2020). *Elaboração:* LaPlan/UFABC, 2021.

Pelo mapa apresentado podemos observar que os equipamentos de infraestrutura (portos, rodovias, ferrovias) não se distribuem de maneira igualitária no território, são instalados para permitir e/ou facilitar as ligações entre os pólos econômicos estratégicos, sempre considerando a cidade de São Paulo como centralidade. Sendo assim, impulsionam a urbanização nas suas proximidades, muitas vezes se sobrepondo a outros fatores, como as unidades de conservação. Ao fazer uma ponte com os *Hard spaces*, percebemos que as estruturas rígidas de planejamento e governança estatais, estimulam uma organização do espaço refletida numa lógica econômica de produção, com discurso desenvolvimentista.

Em uma perspectiva histórica, podemos considerar que o processo desenvolvimentista do estado de São Paulo, assim como a MMP, apresenta um histórico de desconcentração-concentrada (AZZONI, 1986; NEGRI, 1996), em que as indústrias, rodovias, comunicações, energia, serviços financeiros, entre outros, se expandiram para o interior contíguo da capital (PIRES DO RIO, 2012) em busca da diminuição de custos (BETARELLI JUNIOR et al., 2013).

Autores como Lencioni (2015) abordam a formação da MMP como resultante de um processo de urbanização extensiva, conceito desenvolvido por Monte-Mór (2019) a partir de uma leitura lefebvriana do espaço, mais especificamente derivada de seu entendimento de “zona urbana”. Outra abordagem importante entende o processo de formação da MMP como consequência de um processo de heterogeneização, fragmentação e dispersão dos tecidos, equipamentos e acomodações urbanas e industriais, que vem ocorrendo, em especial nas últimas décadas (TRAVASSOS et al., 2019) a partir do diálogo com estudos sobre urbanização dispersa e novas formas de produção do tecido urbano como apresentadas em Reis Filho (2006). Tais discussões requerem a implementação de infraestruturas complexas de ligação, o reconhecimento dos diversos fluxos e a garantia de equipamentos e serviços em busca de equilíbrio regional.

Os planos e projetos de infraestrutura que visam o desenvolvimento econômico da macrometrópole, representam possíveis indutores de realocação de cadeias produtivas e reterritorialização do capital, mantendo uma relação funcional com a capital paulista (ASQUINO, 2009). Nesse sentido, a lógica de articulação regional sempre esteve presente nos projetos de infraestrutura, transporte e logística de São Paulo, tanto no

plano municipal quanto no estadual, com investimentos em infraestrutura para conexões aéreas, rodoviárias, ferroviárias e hidroviárias, para garantir que a MMP seja “o mais importante *hub* de transporte e comunicação do país” (EMPLASA, 2014). No entanto, não é a resolução desses desequilíbrios regionais que as atuais políticas formais de planejamento para macrometrópole paulista tem se concentrado, ao contrário, o próprio Plano de Ação da Macrometrópole tende a perpetuar esses desequilíbrios e desigualdades (TORRES et al., 2020).

Igualmente paradoxal é que, mesmo destacando-se por abranger o mais importante porto brasileiro (Santos) e os dois mais movimentados aeroportos nacionais (Guarulhos e Congonhas), a mobilidade de pessoas e mercadorias no interior da MMP se faz sob altos custos econômicos, sociais e ambientais (ZIONI et al., 2021). Esta cidade-região concentra um “conjunto privilegiado de funcionalidades e conexões relativamente às demais regiões brasileiras” (TRAVASSOS et al., 2019, p. 9), por se constituir no nó central das redes de infraestrutura de transporte e logística do país. Por outro lado, são inúmeros os municípios com dificuldade de acesso aos eixos produtivos e de logística, especialmente aqueles que possuem características rurais e que ficam à margem da lógica de desenvolvimento regional.

No que tange às infraestruturas rodoviárias, destaca-se o rodoanel, que tem por objetivo escoar o tráfego na RMSP, e faz a interligação das principais rodovias para o interior (Figura 2). Os eixos e fluxos transformam e estruturam o território e concentram em suas margens dos pólos industriais, tecnológicos, bem como na maioria dos equipamentos que atendem e estruturam a região. Assim, as infraestruturas de transporte se apresentam como um elemento facilitador das relações econômicas e sociais através dos fluxos, bem como de acirramento das desigualdades. O que leva a percepção social de desenvolvimento, dificultando a criticidade e estimulando iniciativas de implementação dessas estruturas, sem um planejamento que considere as particularidades ou as heterogeneidades, característico do contexto de pós-política já evocado pelo presente capítulo.

Refletindo sobre a lógica da *Tekoa*, o lugar onde deveria ser possível realizar o modo de ser da diversidade, pode-se afirmar que esse processo de desenvolvimento a partir de fluxos não é pensado, produzido e conduzido para a diminuição das desigualdades e o respeito às plura-

lidades encontradas neste território. Ao contrário, tende a exacerbar desigualdades já existentes, privilegiando determinados setores a partir do discurso do desenvolvimento econômico. Ou seja, sem um diagnóstico amplo das características e dinâmicas territoriais da MMP e concentração nos aspectos macroestruturais de circulação, o que, ao contrário de possibilitar os modos de ser e a diversidade, vai constituir uma heterogeneidade cada vez mais configurada como desigualdade. Além disso, esse discurso também vai restringir as possibilidades de associar as estratégias de desenvolvimento à proteção e conservação ambiental.

Nesse espaço econômico expandido, as infraestruturas de transporte e circulação representam importantes fatores de transformação da dinâmica regional, pois consolidam as estratégias propostas pelo Estado e impactam nas políticas públicas locais/municipais, que se valem da existência dos eixos de ligação para redirecionar os investimentos e esforços, buscando a articulação com os pólos econômicos da MMP. Dessa forma, os municípios mais distantes desses eixos e, especialmente aqueles que possuem características rurais mais acentuadas, bem como as porções rurais de municípios mais urbanizados, ficam à margem da lógica de desenvolvimento regional (FAVARETO & EMPINOTTI, 2019).

A outra face da Macrometrópole Paulista: a produção social de seus buracos e as ruralidades metropolitanas

Os aspectos fundantes estruturaram o diagnóstico e os planos para a MMP, ou o que cunhamos, no item anterior, de estrutura do *Hard space*. Contudo, o resultado do processo de produção social do espaço regional não se constituiu apenas pela homogeneização dos aspectos urbanos. Assim, a MMP, a exemplo de outras cidade-regiões, constitui-se por uma rede complexa e articulada, com laços internos de poder e exclusão estruturada, cujo desenvolvimento desigual é parte formativa, concretizando e caracterizando-se como uma região com 'buracos' (ALLEN et al., 2002; TRAVASSOS, et al., 2020), territórios excluídos simbolicamente, cujas funções são preteridas no desenvolvimento regional. Porém, tais "buracos", excluídos, possuem não somente diferenças de grau em relação à MMP, mas também de natureza (HAESBAERT, 2014), com construção da identidade a partir de outros modos de vida e de suas relações.

RUA (2005), ao tratar das múltiplas interações do entre o rural e o urbano, balizadas pelos diversos momentos do capitalismo contemporâneo e criadoras de territorialidades que, segundo ele, estão por se definir, enfatiza como essas diferenças se revelam, ou não, conforme a escala.

Fica claro, para nós, que se trata de duas escalas de análise: uma que abarca todo o território, em que o “urbano” se manifestará ideologicamente, comportamentalmente, com representações homogeneizadoras; outra escala será a das interações urbano-rurais, em que espaços híbridos serão gerados como frutos particulares de tais interações (RUA, 2005, p. 2)

Trata-se, portanto, nesta sessão, de aproximar a escala de modo a revelar a pluralidade. Explorar e tensionar essas diferenças é importante para revelar a heterogeneidade do espaço social produzido, as *Tekoa* possíveis. E, sobretudo, para identificar que parte considerável destes “buracos” são áreas essenciais para garantir o provimento de serviços ecossistêmicos, como o abastecimento de água, a segurança alimentar e nutricional para a metrópole (TRAVASSOS & FERREIRA, 2016). São, ainda, espaços de resiliência frente às mudanças climáticas, fundamentais para a própria sobrevivência humana nas metrópoles.

Ao tratar da abrangência do processo de metropolização contemporâneo, ao menos dois caminhos podem ser tomados. Um primeiro parte do ponto de vista de que o processo de complexificação de regiões metropolitanas é predominantemente urbano-urbano ou urbano-metropolitano, olhando para as relações funcionais entre centros urbanos ou entre cidades, mas entendendo que é possível a existência de um território não urbano mesmo nas regiões metropolitanas (FIRKOWSKI, 2013). Um segundo debate, exemplificado aqui pela posição de Brenner e Schmid (2015), considera o processo de urbanização como um processo que abrange todas as relações funcionais em um território (tanto entre centros urbanos quanto estes e suas hinterlândias – a que os autores chamam de paisagem operacional).

Para Lencioni (2019, p. 135), o processo de metropolização incide também nos espaços rurais, espaços “vazios” (i.e, buracos, como definido em Travassos et al., 2020) e “demais espaços difíceis de nomear”. Em

seu trabalho “Urbanidades no Rural”, Rúa (2015) afirma que as manifestações do urbano no rural dizem respeito a todas as manifestações materiais e imateriais em áreas rurais, sem que, por isso, sejam identificadas como urbanas. Essas manifestações correspondem a um dos sentidos de territórios híbridos dado por Haesbaert (2004). Por isso, segundo a autora, a clássica divisão entre espaços urbanos e rurais vem ganhando cada vez mais opacidade. Isso não significa que o rural desaparece, mas sim que se modifica (BELLENZANI et al., 2021).

As ruralidades são espaços importantes do território que precisam ser compreendidas na sua complexidade e heterogeneidade. O reconhecimento de suas singularidades e multiplicidades pelos instrumentos de planejamento e gestão do território é essencial para pensar o desenvolvimento equilibrado dos espaços urbanos e rurais (TRAVASSOS & PORTES, 2018; TRAVASSOS et al., 2021). Nesta perspectiva, consideramos não apenas uma sociedade de maior conectividade e interdependências, mas também o papel alterado das fronteiras governamentais e administrativas e dos atores locais. Como a MMP possui cerca de 78% do seu território classificado como rural (TRAVASSOS et al., 2020), ao olhar apenas para as manchas de expansão dos centros urbanos, a maior parcela desse território pode estar sendo negligenciada.

Em uma região caracterizada por intensa urbanização, os limites entre urbano e rural, cidade e campo muitas vezes tornam-se borrados, formando o que Barsky (2005, p. 2) chama de “território de transformação escorregadio, transitório, em constante mutação, frágil, suscetível a novas intervenções”. Se esse extenso território é excluído do planejamento e governança formal da MMP, ele emerge nos “buracos”, não como um rural setorial exclusivamente agrário, mas como rural pluriativo e multifuncional, em proximidade com as dinâmicas da natureza (TRAVASSOS & PORTES, 2018), elementos que remetem ao conceito de nova ruralidade, perspectiva que enxerga o rural como um espaço cada vez mais valioso nas sociedades contemporâneas, com dinâmicas, atores e atividades que vão além da agricultura (FAVARETO & WANDERLEY, 2013).

Aprofundando a questão, entendemos que as características desta nova ruralidade podem ser reunidas em cinco questões como proposto por Kageyama (2008): a) diversificação social em função das novas atividades não produtivas desempenhadas no rural (pluriatividade); b) o es-

tabelecimento de relações de complementaridade com o urbano, em substituição ao caráter de antagonismo; c) o crescimento demográfico, pela redução das migrações para a cidade e atração de outras categorias sociais; d) a valorização do patrimônio natural e cultural das localidades, que passa a ser percebido como elemento de desenvolvimento local; e) os novos contornos da questão agrária, que passam a considerar os papéis dos agricultores na segurança alimentar, conservação do meio ambiente e da paisagem rural (multifuncionalidade).

Destacar e considerar esses espaços como essencialmente urbanos ou rurais sem qualquer tipo de especificação torna as políticas e projetos incompatíveis com eles. Próximos aos centros urbanos, mas nem inteiramente urbanos, nem propriamente rurais em uma visão produtivista tradicional (TRAVASSOS & PORTES, 2018), o que chamaremos aqui de rural metropolitano não é absorvido pelas políticas rurais e ficam aquém das políticas urbanas, sendo muitas vezes considerado – quando não há proteção ambiental – como um estoque de terrenos para urbanização (*Ibidem*, 2018).

Visando elucidar e caracterizar, de forma exploratória, as heterogeneidades do rural na Macrometrópole, Fernandes (2020) propôs cinco tipologias, descritas na figura a seguir, seguidas pelo percentual de área que ocupam na região – destaca-se que a análise exclui as manchas urbanas, que compõem somente 3,49% da área total.

Tratam-se de tipologias em construção, para inspirar e complementar futuras agendas de pesquisas sobre o tema, considerando também outros elementos territoriais como sistema viário, hidrografia, áreas de proteção e recuperação aos mananciais e unidades de conservação, entre outras. No entanto, já trazem, de maneira robusta, as diferentes ruralidades que permeiam o território fragmentado e heterogêneo da MMP, contribuindo para a compreensão da complexidade socioterritorial e dos diversos modos de ser que coexistem e interagem na *Tekoa* da região – e de outras por vir.

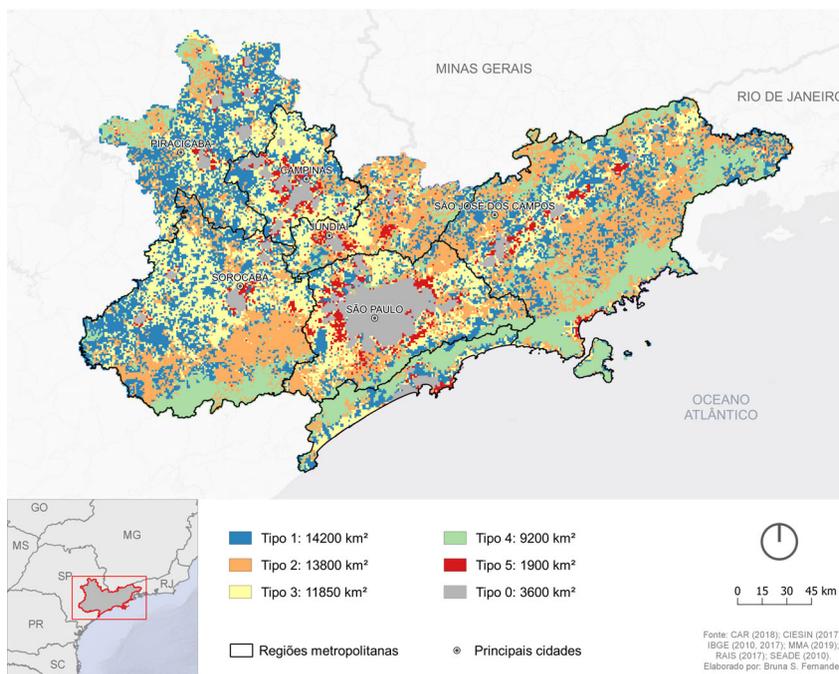


Figura 2 Tipologia das áreas com características rurais na Macrometrópole Paulista.

Obs: Tipo 0: Áreas urbanas, não consideradas no modelo uma vez que a tipologia visa às áreas rurais – Área MMP: 3,49%; Tipo 1: Predominância de silvicultura e extrativismo, relativamente baixa presença de unidades agropecuárias, baixa presença de remanescentes e áreas de preservação, maior concentração de domicílios com saneamento adequado – Área MMP: 23,8%; Tipo 2: Altíssima proporção de estabelecimentos agropecuários, com alto número de vínculos formais na agricultura, forte presença de sítios e chácaras agrícolas com produção, baixo crescimento populacional, alta concentração de remanescentes de vegetação nativa – Área MMP: 25,5%; Tipo 3: Alta proporção de estabelecimentos, mas poucos vínculos formais no setor, elevada concentração de chácaras de lazer e segunda residência. É a região que mais cresceu em termos populacionais na MMP – Área MMP: 21,8%; Tipo 4: Única tipologia com mais trabalhadores rurais não qualificados que qualificados, baixa diversificação econômica e vínculos formais, taxa de crescimento zero entre 2000 e 2010, altíssima presença de vegetação nativa – Área MMP: 16,9%; Tipo 5: Economia diversificada orientada pela indústria e serviços, elevado crescimento populacional entre 2000 e 2010, baixa presença de vegetação nativa, elevada taxa de desemprego, com pontos de alta vulnerabilidade – Área MMP: 3,5%.

Fonte: Fernandes (2020, p. 16).

Conclusões

O capítulo buscou refletir sobre a produção social do espaço da Macrometrópole Paulista, a partir de eixos de pesquisa das autoras e dos autores, evidenciando a necessidade de uma diversidade de lentes para analisar uma MMP plural e diversa. Buscou-se, de forma exploratória, ilus-

trar abordagens entendidas como *Hard/Soft Spaces*. A complementaridade de visões e aproximações se faz necessária para entender os processos duais e contraditórios da formação desta região. Para caracterizar a MMP, foram considerados como fundante os eixos de fluxos, transportes e logísticas, em diálogo com planos e práticas correntes de planejamento – *Hard*. De forma complementar a lógica funcional macrometropolitana – urbano industrial, foi discutida sob a ótica das ruralidades macrometropolitanas, buscando iluminar este território, percebendo suas especificidades que divergem da lógica de planejamento estabelecida pelo estado e explorando possíveis tipologias para novas agendas de pesquisas.

O capítulo contribui para o debate em formação sobre a territorialidade da Macrometrópole Paulista, suas práticas estatais, não estatais, espaços formais e não formais, em uma conjuntura de crise ambiental. Para o planejamento, diretamente influenciado pelas dinâmicas territoriais, compreender esses processos é essencial para compreender as mudanças. Seja por meio de entender as estruturas que se revelam e determinam a organização do território, ou pela compreensão da diversidade e pluralidade do espaço.

Acreditamos que, no planejamento e governança das interfaces rural-urbana, e nas próprias ruralidades metropolitanas aqui apresentadas, será mais eficaz e responsável se as políticas e programas envolverem não apenas os municípios constituintes localizados neste território, mas também as relações sociais, econômicas e ambientais nas quais estas comunidades estão inseridas. Uma abordagem híbrida e cooperativa pode ajudar a minimizar as tendências antidemocráticas apontadas por Olesen (2012). Esta abordagem híbrida, como apresentado em Brown & Shucksmith (2017), pode produzir uma governança eficaz no rural metropolitano, em áreas potencialmente contenciosas na gestão de resíduos; desenvolvimento de infraestrutura; mudança nos padrões de uso do solo, incluindo, mas não se limitando à localização de moradias; atividades econômicas; instalações municipais como transporte e estações de tratamento de águas residuais; proteção ambiental e gestão de recursos naturais; e sistemas locais de alimentação.

É nessa arena que é preciso construir, lutar e disputar uma *Tekoa* com equidade ambiental e redução de desigualdades. Assim teremos possibilidade de viabilizar o lugar onde, senão todos, mas a maior parte dos

residentes, respeitando suas diversidades e identidades, possa realizar seu modo de ser. Por isso, a lente da *pós-política* é também fundamental para contextualizar a formação e o desenvolvimento da MMP, como observamos ao longo do capítulo. Como lutar, planejar e gerir uma região com espaços cada vez mais reduzidos de participação, transparência e planejamento? É, pois, na tensão entre práticas formais e não formais de planejamento que novos territórios e territorialidades podem emergir, visando transpor as barreiras colocadas pelo poder público. Novos caminhos, direções e realizações dos modos de ser de diversas comunidades presentes na MMP podem insurgir a partir desses tensionamentos. A *Tekoá* – ou as diversas *Tekoá* da MMP – não serão forjadas pela lógica neoliberal. Ao contrário, precisam ser construídas a partir de suas fissuras e contradições, potencializando a força de suas pluralidades.

Agradecimentos – Os autores agradecem o apoio recebido da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) processo n. 2015/03804-9 e bolsas 2020/16396-4, 2020/15671-1, 2020/01134-4, 2019/24219-8, 2019/16928-9, 2018/06685-9, 2018/10305-7 e 2018/12245-1. Bem como à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) nos processos nº 88887.490119/2020-00.

Referências

- ALLEN, J.; MASSEY, D.; COCHRANE, A.; CHARLESWORTH, J.; COURT, J.; HENRY, N.; SARRE, P. **Rethinking the Region**. Taylor & Francis e-Library, 2002.
- ALLMENDINGER, P.; HAUGHTON, G. Soft spaces, fuzzy boundaries, and metagovernance: The new spatial planning in the Thames Gateway. **Environment and Planning A**, v. 41, n. 3, p. 617–633, 2009.
- ALLMENDINGER, P.; HAUGHTON, G. Post-political spatial planning in England: A crisis of consensus? **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 37, n. 1, p. 89–103, 2012.
- ALLMENDINGER, P.; HAUGHTON, G.; KNIELING, J.; OTHENGRAFEN, F. **Soft Spaces in Europe: Re-negotiating governance, boundaries and borders**. London: Taylor & Francis, 2015.
- ASQUINO, M. S. **Infra-estrutura e planejamento na metrópole de São Paulo**: entre as escalas regionais e o impacto local. 2009. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- ASQUINO, M. S. A IMPORTÂNCIA DA MACROMETRÓPOLE PAULISTA. Como Escala de Planejamento de Infraestruturas de Circulação e de Transporte. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, v. 12, n. 1, p. 83–98, 2010.

AZZONI, C. A lógica da dispersão da indústria no Estado de São Paulo. **Estudos Econômicos**, nº 16, p. 45-67, São Paulo, Brasil, 1986.

BARSKY, A. El periurbano productivo, un espacio en constante transformación. Introducción al estado del debate, con referencias al caso de Buenos Aires. In: **VII Coloquio Internacional de Geocrítica “Los agentes urbanos y las políticas sobre la ciudad”** (Santiago, 24-27 de mayo de 2005). Santiago de Chile: PUC Chile – U. de Barcelona, 2005.

BELLENZANI, M. L. R.; FERNANDES, B. S.; TRAVASSOS, L. R. F. C. Ruralidades Metropolitanas como espaços de resiliência ambiental: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. **Revista Política e Planejamento Regional**, v.8, n2, maio a agosto 2021.

BETARELLI JUNIOR, A. A. ; MONTE-MÓR, R. L. M.; SIMÕES, R. F. Urbanização extensiva e o processo de interiorização do estado de São Paulo: um enfoque contemporâneo. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, v. 15, p. 179-197, 2013.

BRENNER, N. **Espac’os da urbanizac’o/ : o urbano a partir da teoria crítica**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

BRENNER, N.; SCHMID, C. Towards a new epistemology of the urban? **City**, v. 19, n. 2–3, p. 151–182, 2015.

BROWN, D. L.; SHUCKSMITH, M. Reconsidering Territorial Governance to Account for Enhanced Rural-Urban Interdependence in America. **Annals of the American Academy of Political and Social Science (AAPSS)**, Vol 672, Issue 1. 2017. p. 282-301.

BOULINEAU, E. Pour une géographie politique de la coopération territoriale. **L’Espace Politique**, 2017.

CPISP – Comissão Pró-Índio de São Paulo. **Guarani: Mbya e Tupi: O Tekoa**. São Paulo: CPISP. 2021. Disponível em: <https://cpisp.org.br/indios-em-sao-paulo/povos-indigenas/guarani-e-tupi>.

BRIGHENTI, C. A. Necessidade de novos paradigmas ambientais implicações e contribuição Guarani. **Cadernos PROLAM/USP**. ano 4 – vol. 2, 2005. p. 33-56.

EMPLASA – EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO SA. **Rede urbana e regionalização do Estado de São Paulo**. – São Paulo : EMLASA, 2011.

EMPLASA – EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO SA. **Plano de Ação da Macrometrópole Paulista 2013-2040**: apresentação. São Paulo: Emplasa, 2014.

FAVARETO, A.; EMPINOTTI, V. Agricultura, ruralidades e adaptação às mudanças climáticas na macrometrópole paulista. In: TORRES, P. H. C.; JACOBI, P. R.; BARBI, F.; GONÇALVES L.. (Org.). **Governança e Planejamento Ambiental**: adaptação e políticas públicas na Macrometrópole Paulista.. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019, v. 1, p. 192-207.

FAVARETO, A.; WANDERLEY, M. N. B. A Singularidade do Rural Brasileiro: implicações para tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. Relatório final do projeto “Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil”. **Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola** – IICA. Brasília, Fevereiro/2013.

FERNANDES, B. S. Para além da dicotomia urbano-rural: Tipologias para análise do rural metropolitano na Macrometrópole Paulista. **Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Planejamento Territorial**. Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo-SP, 2020.

FIRKOWSKI, O. L. C. F. Metrôpoles e regiões metropolitanas no Brasil: conciliação ou divórcio? In: FURTADO, B. A., KRAUSE, C., FRANÇA, K. C. B. (ed.) **Território metropolitano, políticas municipais**: por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano. Brasília: IPEA, 2013.

- GOMES, T. V. Z. **Macrometrópole Paulista: formação de uma agenda seletiva de venda de uma região – caso dos projetos de transporte**. Dissertação de Mestrado. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2018. Disponível em: http://biblioteca.ufabc.edu.br/index.php?codigo_sophia=117506.
- GREGORY, D. **Geographical Imaginations**. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 1994.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, R. **Regional Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. – 2ªed – Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2014.
- HAUGHTON, G.; ALLMENDINGER, P. “Soft spaces” in planning. **Town and Country Planning**, v. 76, n. 9, p. 306–308, 2007.
- HAUGHTON, G.; ALLMENDINGER, P.; OOSTERLYNCK, S. Spaces of neoliberal experimentation: Soft spaces, postpolitics, and neoliberal governmentality. **Environment and Planning A**, v. 45, n. 1, p. 217–234, 2013.
- HELEY, J. Soft spaces, fuzzy boundaries and spatial governance in post-devolution Wales. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 37, n. 4, p. 1325–1348, 2013.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Arranjos populacionais e aglomerados urbanos**. IBGE, Rio de Janeiro, Brasil, 2015.
- KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento Rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.
- LADEIRA, M. I. **Caminhar sob a luz: território Mbya à beira do oceano**. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. PUC-SP. São Paulo, 1992.
- LENCIONI, S. Urbanização difusa e a constituição de megarregiões: O caso de São Paulo-Rio de Janeiro. **e-metropolis**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 22, p. 6-15, 2015.
- LENCIONI, S. Metropolização do Espaço. *In*: CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. **A Necessidade da Geografia**. São Paulo, Contexto, 2019.
- METZGER, J. Postpolitics and Planning. *In*: Gunder, M., Madanipour, A., & Watson, V. **The Routledge Handbook of Planning Theory**. Taylor & Francis. p. 180-193. 2018.
- MOMM, S., TORRES, P. H. C., JACOBI, P. R., LEONEL, A. L., ROSSETO, L., SANTOS-CHAVES, I. M. Transformações no sistema e na cultura de planejamento na Macrometrópole Paulista face às mudanças climáticas. *In*: JACOBI, P. R., BASSOLS, M., TORRES, P. H. C., ZIONI, S., VENÂNCIO-FLORES, A. **Dilemas ambientais urbanos em duas metrópoles latino americanas: São Paulo e Cidade do México no Século XXI**. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2021.
- MONTE-MÓR, R. L. M. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento. *In*: LIMONAD, E. (Org.). **Etc espaço, tempo e crítica....** 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019, v. 1, p. 251-262.
- NEGRI, B. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880 -1980)**. Campinas: Editora: Unicamp, 1996.
- OLESEN, K. Soft Spaces as Vehicles for Neoliberal Transformations of Strategic Spatial Planning? **Environment and Planning C: Government and Policy**, v. 30, n. 5, p. 910–923, 2012.
- PIRES DO RIO, G. A. A espacialidade da economia: superfícies, fluxos e redes. **In** Elias Castro et al., **Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço, Rio de Janeiro, Bertrand**, p. 155-187, 2012.

REIS FILHO, N. G. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. Via das Artes, 2006.

RUA, J. O preço da terra e os megaprojetos como marcantes urbanidades no rural na fase atual de organização do espaço geográfico. *In*: FERREIRA, A.; RUA, R.; MATTOS, R. C. (orgs). **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro:Consequência, 2015.

RUA, J. A Resignificação do Rural e as Relações Cidade-Campo: Uma Contribuição Geográfica. **Revista da ANPEGE**, [S.l.], v. 2, n. 02, p. 45-65, jul. 2017. ISSN 1679-768X. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6611>>. Acesso em: 19 ago. 2021. doi:<https://doi.org/10.5418/RA2005.0202.0004>.

SANTANA-CHAVES, I. M.; LEONEL, A. L.; ANJOS, L. P. A.; MOMM, S.; CATELAN, M. J.; KLAUS, F. Apontamentos sobre governança e planejamento na Região Metropolitana de Sorocaba (São Paulo – Brasil). **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, n. 31, p. 177–206, dez. 2021.

SWYNGEDOUW, E. The antinomies of the postpolitical city: In search of a democratic politics of environmental production. **International Journal of Urban and Regional Research**, 33(3), 601–620. 2009.

TORRES, P. H. C.; RAMOS, R. F.; POLLACHI, A. A macrometropolização em São Paulo: reterritorialização, reescalonamento e a cidade-região. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 22, n. 47, p. 103–122, 2020.

TORRES, P. H. C. Macrometrópole Paulista: Terra Ignota? *In*: JACOBI, P. R., GIATTI, L. **Inovação para Governança da Macrometrópole Paulista face à emergência climática**. Curitiba: CRV Editora, 2021.

TRAVASSOS, L.; MOMM, S.; TORRES, P. H. C. Apontamentos sobre urbanização, adaptação e vulnerabilidades na MMP. *In*: TORRES, P. H. C.; JACOBI, P. R.; BARBI, F.; GONÇALVES, L. R. (orgs.) **Governança e Planejamento Ambiental: adaptação e políticas públicas na Macrometrópole Paulista**. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2019.

TRAVASSOS, L.; FERREIRA, R. C. O Periurbano e o Rural Metropolitanos: desafios para a elaboração do plano diretor regional do grande ABC. **Anais III Congresso Internacional Gestão Territorial para o Desenvolvimento Rural**. Brasília: RETE/RED/REDGTPAZ, 2016. v. 1. 2016. p. 1-5.

TRAVASSOS, L.; PORTES, B. Rural metropolitano: caracterização e regulação na Região Metropolitana de São Paulo (Brasil). **GOT – Journal of Geography and Spatial Planning**, n. 14, p. 359–380, 30 set. 2018.

TRAVASSOS, L.; PORTES, B. C. N; BELLENZANI, M.L.; FERNANDES, B.S.; ARAÚJO, G.A.; BARBOSA, L.S.. O rural metropolitano no planejamento territorial: o caso do Sistema Produtor Alto Tietê. *In*: DEPONTI, Cidonea Machado; FREITAS, Tanise Dias; FAVARETO, Arilson. **Três décadas de planejamento das áreas rurais – balanço e perspectivas**. São Paulo: Pedro e João [no prelo-2021].

TRAVASSOS, L. TORRES, P. H. C.; FERNANDES, B. S. ARAUJO, G. M. Heterogeneidade e fragmentação espacial na Macrometrópole Paulista: a produção de fronteiras e buracos. **Ambiente & Sociedade**, v. 23, 2020.

TRAVASSOS, L. R. F. C.; PORTES, B.; MORI, A. K.; CAMPOS, F. S.; BELLENZANI, M. L.; ARAUJO, G. M.; FERNANDES, B. A importância do rural na região metropolitana de São Paulo: serviços ecossistêmicos e a produção do espaço. *In*: Pedro Roberto Jacobi; Mario Frederico Bassols Ricárdez; Pedro Henrique Campello Torres; Silvana Zioni; Arturo Venancio-Flores.

(Org.). **Dilemas Ambientais-urbanos em Duas Metrôpoles Latino-americanas**: São Paulo e Cidade do México no Século XXI. 1ed.Jundiaí: Paco, 2021, v. 1, p. 327-353.

ZIONI, S.; TRAVASSOS, L.; MOMM, S.; LEONEL, A. L. A Macrometrópole Paulista e os desafios para o planejamento e gestão territorial. *In*: TORRES, P. H. C.; JACOBI, P. R.; BARBI, F.; GONÇALVES, L. R. (orgs.) **Governança e Planejamento Ambiental**: adaptação e políticas públicas na Macrometrópole Paulista. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2019. p. 90-99.

ZIONI, S.; WERNECK DE OLIVEIRA, L. H.; SIQUEIRA, G. D. P. Logística e mobilidade em São Paulo: escolhas contraditórias e insustentáveis. *In*: JACOBI, P. R., BASSOLS, M., TORRES, P. H. C., ZIONI, S., VENÂNCIO-FLORES, A. **Dilemas ambientais urbanos em duas metrôpoles latino americanas**: São Paulo e Cidade do México no Século XXI. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2021.